



A tragédia anunciada nas eleições de 2018

A quatro meses das eleições de outubro já é possível antecipar uma tragédia anunciada. A grande possibilidade de recorde de votos brancos, nulos e abstenções que poderão produzir muitíssimas surpresas desagradáveis no pleito. Da eleição para presidente da República, até deputados estaduais tudo pode acontecer. Inclusive o nada!

Leia na página 4.

ELEIÇÕES 2018



ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO –

Na forma dos Estatutos Sociais desta entidade e de conformidade com o Artigo 612 da CLT, convoco os TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DO ESTADO DO PARANÁ, TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COSMÉTICOS E PERFUMARIA DO ESTADO DO PARANÁ e TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO MATERIAL PLÁSTICO DO ESTADO DO PARANÁ, associados ou não, para que compareçam e participem da Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se na sede social desta entidade, na Rua Nunes Machado nº 316 - Centro - Curitiba/PR, no dia 16/07/2018 às 18:00 horas com a presença da maioria dos trabalhadores em primeira convocação, e não sendo obtido esse "quorum" em primeira, a assembléia será realizada às 19:00 (dezenove horas) em segunda convocação com a presença de qualquer número de trabalhadores para deliberar sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1) Elaboração e deliberação sobre as propostas reivindicatórias a serem apresentadas aos Sindicatos das categorias econômicas, visando a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho que expiram em 31/08/2018;
- 2) Deliberação sobre o valor da Taxa de Contribuição Assistencial ou Negocial a ser cobrada dos associados e não associados;
- 3) Autorização à Diretoria do Sindicato para remeter-se às vias judiciais, caso não lograr êxito nos entendimentos com os sindicatos patronais.

A aprovação por maioria simples (50+1), dos presentes.

Curitiba, 06 de Julho de 2018.

Francisco R. S. Sobrinho
Presidente

Centrais sindicais unidas contra governo regressivo de Temer

Página 2

Petrobrás é um dos principais alvos dos golpistas

Página 3

► Palavra do **Presidente**



Centrais unidas para combater o governo regressivo de Temer

No início de junho as centrais sindicais estiveram reunidas em um ato político que definiu a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora. Um documento com 22 propostas foi apresentado e será entregue aos candidatos à Presidência da República como base das reivindicações trabalhistas nas eleições de outubro próximo. Os presidentes das centrais sindicais enfatizaram que o decorrer do pleito será de suma importância, pois é a oportunidade para que a classe trabalhadora possa fazer com que os candidatos se comprometam com a construção de uma agenda de desenvolvimento do País e de combate à agenda regressiva do governo Temer.

Força Sindical, CSB, CTB, CUT, Intersindical, Nova Central e UGT firmaram juntas uma agenda de ações que englobam o 'Dia Nacional de Luta', em 10 de agosto, por exemplo. “Os trabalhadores criaram o sindicalismo para se tornarem protagonistas do próprio futuro e, neste momento, no Brasil, a luta é para recolocar o País na trajetória do desenvolvimento, com geração de empregos de qualidade, crescimento dos salários, combate à informalidade, à

precarização e à insegurança no trabalho, e promover a proteção social e trabalhista para todos.”, afirma um trecho do documento.

A revogação da chamada Reforma Trabalhista, da Emenda à Constituição 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos e da Terceirização, além de combater o trabalho precário são os principais pontos do documento; além da garantia de universalização do sistema previdenciário. Nosso presidente interino da Força Sindical, Miguel Torres, na ocasião afirmou que o trabalhador só tem o sindicato como última trincheira neste grave momento de crise, desemprego e ataques aos direitos fundamentais dos trabalhadores.

O Stiqfepar segue firme na representação dos trabalhadores e trabalhadoras e conclama todos para fortalecerem nossa Entidade e, assim, todas as categorias por nós representadas. Precisamos estar firmes e unidos neste delicado momento histórico e conscientes para que possamos utilizar as Eleições 2018 em favor do povo brasileiro.

Francisco Rodrigues da Silva Sobrinho

Presidente do STIQFEPAR

Temer terá de explicar 'reforma' trabalhista

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) cobrou novas explicações do governo Temer a respeito da “reforma” trabalhista, incluindo o Brasil na lista de países suspeitos de descumprir normas internacionais de proteção aos trabalhadores. Segundo a decisão, o Brasil precisa explicar o fato de a nova lei modificar princípios da negociação coletiva entre empregadores e empregados.

A Lei 13.467/2017 estabelece a possibilidade de o negociado prevalecer sobre o legislado, inclusive para redução de direitos, e a “livre” negociação entre empregador e empregado com diploma de nível superior e que receba salário igual ou superior a duas vezes o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS); pontos que violam a Convenção nº 98 da OIT; que trata do direito de sindicalização e de negociação coletiva, ratificada pelo



Foto: site Terra

Centrais sindicais denunciam e Temer terá de se explicar à Organização Internacional do Trabalho.

Brasil.

Nas conclusões da Organização ficou determinado que o governo brasileiro permanecerá na chamada “lista suja” dos 24 países que afrontam as normas trabalhistas internacionais e que terá de enviar explicações para a OIT até novembro de 2018.

Em nota, as seis centrais sindicais reconhecidas (Força Sindical, CSB, CTB, CUT, NCTS e UGT) dizem que será difícil para o governo ilegítimo de Temer explicar o inexplicável, uma vez que a “Lei 13.467/2017 é o pior ataque sofrido pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.”



Presidente: **Francisco R. S. Sobrinho**
Produzido pela Assessoria de Imprensa do STIQFEPAR - imprensa@quimicospr.com.br
Jorn. Responsável: **Valéria Navarro** - Registro 2995/11/117 - PR
Arte e Diagramação: Assessoria de Imprensa STIQFEPAR

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Paraná
Rua Nunes Machado, 316 - Centro / Curitiba-PR / CEP.: 80.250-000
Telefone: (41) 3233 7912 / Fax: (41) 3233 1272
www.quimicospr.com.br - imprensa@quimicospr.com.br

Petrobras sempre foi um dos principais alvos do Golpe



Com a recente greve dos caminhoneiros o Brasil pode refletir que as constantes altas do preço dos combustíveis são consequências da aplicação de uma agenda política ultraliberal e privatista que tem como objetivo manter privilégios aos acionistas e demais operadores do mercado financeiro. Os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, não devem aceitar a condução de uma agenda política que não favorece o crescimento do nosso Produto Interno Bruto (PIB) e que, ainda, aumenta nossa dependência junto ao capital especulativo.

A grande mídia trata a questão do aumento como se a solução viesse com o fim do controle do Estado e, por consequência, a privatização da Petrobras. Desde que Temer assumiu o poder, apoiado pelo ex-presidente da Petrobras, Pedro Parente, implantou uma “nova política de preços”, divulgada pela grande mídia como uma mudança positiva que prometia paridade com os preços internacionais e a redução do impacto da Lava Jato. Mas na realidade segue a cartilha do governo Fernando Henrique Cardoso, quando Parente ocupava a pasta do Planejamento e era conhecido como o “ministro do apagão” e os derivados de petróleo subiram 350%.

Durante os governos Lula e Dilma o aumento de derivados foi de 45%. Agora, com Temer e Parente, o país retrocede ao período de FHC: desde julho de 2017 o preço dos combustíveis já elevou em mais de 50%.

Fica evidente que a política de preços de Temer sempre visou o processo de privatização da Petrobras, cuja receita entre 2015 e 2016, caiu R\$ 45 bilhões, sendo que 80% dessa queda é atribuída à importação feita por carteis internacionais do petróleo. A venda de ativos da estatal, além de reservas do pré-sal combinada com a mudança da lei do petróleo - que retirou a exclusividade da Petrobras de explorar o pré-sal eliminando uma grande fonte para financiar o desenvolvimento brasileiro, desemboca na atual liberalização dos preços de combustíveis e integra o pacote para atrair empresas estrangeiras para venda de refinarias no Brasil.

O leilão foi um circo de horrores e de entreguismo em favorecimento das empresas estrangeiras do petróleo, principalmente estadunidenses. Foram leiloados três campos gigantes do pré-sal. Quem recebeu a entrega do governo ilegítimo, intermediada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) foram as petroleiras estrangeiras Statoil (estatal norueguesa), ExxonMobil e Chevron (estadunidenses),

Petrogal (portuguesa), BP (inglesa), Shell (anglo-holandesa). A Petrobras terá participação de 30% em dois dos campos leiloados; em outro, liderou o consórcio vencedor. A mídia golpista e o governo ilegítimo comemoraram o resultado.

Depois da descoberta do pré-sal, ainda nos governos democráticos e populares de Lula e Dilma, calculou-se que a gigantesca reserva teria 12 bilhões de barris de petróleo, cuja exploração seria o passaporte do Brasil para um futuro de desenvolvimento e de bem-estar social, com base na aplicação dos recursos em projetos sociais.

Segundo os cálculos do ex-presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP) no governo Lula, Haroldo Lima, a Petrobras vende o combustível no Brasil com uma margem de lucro de 233% por conta da paridade com o mercado internacional. A fatura é paga pelos consumidores brasileiros e boa parte dos dividendos vai parar no bolso de investidores de fora do país. Numa outra ponta, a empresa reduziu a operação de suas refinarias para 68% da capacidade e hoje exporta petróleo cru para importar produtos derivados. E faz isso no momento em que anuncia a venda de refinarias, dutos, gasodutos e até de campos de exploração que ela havia ganho em leilão, como é o caso do campo de pré-sal de Carcará, na Bacia de Santos.

O novo presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, escreveu carta aos funcionários dizendo que a política de preços não vai mudar. E tudo indica que se não houver mudanças, virá uma outra grande greve: as perdas com a última paralisação foram de 75 bilhões de reais.

Nossas refinarias, cuja capacidade de produção é de 2,5 milhões de barris dia de derivados, foram desestimuladas e hoje produzem cerca de 68% de sua capacidade, aumentando a importação de derivados! Em 2005 importamos 15 milhões de barris de óleo diesel contra 80 milhões em 2017. No caso do GLP, importamos 5 milhões de barris em 2005 e 20 milhões em 2017.

No passado, nós exportávamos gasolina!!! Agora, no ano passado, importamos 28 milhões de barris. O etanol, uma criação brasileira, no governo Lula buscávamos mercados internacionais para exportar e, atualmente, estamos importando dos Estados Unidos... Fica cada vez mais evidente o triste rumo que nosso País tomou desde o Golpe de 2016.

A tragédia anunciada nas eleições de 2018

Eleger candidato ou candidata que poderá, ao invés de ajudar resolver os problemas, aprofundá-los e/ou ampliá-los, reproduzindo as políticas do atual governo ou reeleger a maioria do atual Congresso. Só para ficar no plano federal.

As eleições municipais de 2016 deram mostras palpáveis dessa preocupação. Nos maiores colégios eleitorais, os eleitos, inclusive no 1º turno, perderam para os votos brancos, nulos e abstenções, que na ciência política, são chamados de voto alienado. Isto é, a maioria não elegeu ninguém!

Em São Paulo, João Dória (PSDB) foi eleito no 1º turno, com 53,29% ou 3.085.187 votos. Os votos brancos (5,29%), nulos (11,35%) e abstenções (21,84%) totalizaram 3.096.304 de eleitores que preferiram, por omissão ou alienação, não escolher ninguém.

Em São Horizonte, foi eleito no 1º turno, o empresário Alexandre Kalil (PHS), com 52,98% ou 628.050 votos. Os votos brancos, nulos e abstenções totalizaram 742.050 eleitores que disseram sonoro não a todos os candidatos apresentados, sem distinção.

Em Porto Alegre, foi eleito no 1º turno, o ex-deputado federal Nelson Marchesan Júnior (PSDB), com 60,50% ou 402.165 votos. Os votos brancos 46.537 (5,67%), nulos 109.693 (13,36%) e abstenções 277.521 (25,26%) totalizaram 433.751 eleitores.

O fato mais recente que impõe profunda reflexão das instituições e da sociedade foi a eleição suplementar no estado do Tocantins. O pleito, realizado em 2 turnos, foi vencido no 2º turno, no último domingo (24), pelo deputado estadual Mauro Carlesse (PHS), que era o interino, com mais de 75% dos votos válidos (368.553). Ele fica no cargo até o dia 31 de dezembro podendo concorrer à reeleição.

No 1º turno, 43,54% dos eleitores (443.414) não escolheram nenhum candidato. No 2º turno, 51,83% (527.868) dos eleitores votaram branco, nulo ou não foram às urnas. Mais que a soma dos votos conquistados pelos 2 candidatos (490.461). O 2º colocado, senador Vicentinho Alves (PR), obteve 24,86% ou 121.908 votos.

A eleição suplementar do Tocantins é bom exemplo de “fake news”, que circula nas redes. Onde tem se difundido, que se a maioria dos eleitores anularem o voto ou simplesmente não comparecem para votar (abstenção) anula-se o pleito também ajuda a explicar essa falsa ideia. Isto porque os votos brancos, nulos e abstenções não contam para efeito prático da contabilidade da eleição. Esses “não votos” são simplesmente descartados.

A eleição foi determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), depois que a corte cassou o governador Marcelo Miranda (MDB) e a vice Claudia Lelis (PV), por uso de “caixa 2” no pleito de 2014. De acordo com a minireforma eleitoral de 2015, no impedimento de titular e vice do Executivo estadual ou municipal, até 6 meses antes do término do mandato, é realizada nova eleição direta.

Atenuar o estrago

Sejamos realistas, nenhuma campanha de educação política e de compromissos cívicos e democráticos, sob essa conjuntura caótica, poderá alterar substancialmente esse quadro profundamente preocupante. O que poderá ser feito, se for rápido, é 1 campanha ousada e inteligente por parte do TSE, mostrando as consequências nefastas para população, sobretudo a mais pobre, caso não compareça para votar ou vote em branco ou nulo.

A democracia e as instituições dela derivadas estão em xeque. É preciso que todos que compreendam isto levistem este debate urgentemente. É preciso renovar o atual Congresso, o mais atrasado, conservador e reacionário dos últimos 20 anos, que demonstra em sua maioria não ter compromissos com a democracia e a maioria do povo.

É preciso eleger 1 novo ou nova presidente da República comprometido/a com a inclusão e o empoderamento social dos mais pobres. A política neoliberal do atual governo, que teve apoio da maioria no Congresso, aprofundou as crises política, econômica, com recessão e desemprego, e ético-moral. Portanto, não se trata apenas de eleger. Trata-se, sobretudo, de escolher candidatos comprometidos com outra agenda ou programa bem diferente do atual.

A política de congelamento de gastos públicos por 20 anos, a Reforma Trabalhista, a privatização de ativos públicos e estatais como o pré-sal a preços vis e a tentativa de reforma da Previdência, que impediria os mais pobres e vulneráveis de se aposentarem com dignidade demonstram que não podemos cometer erros graves no pleito de outubro.

Não comparecer para votar ou votar em branco ou até mesmo anular o voto poderá aprofundar a crise em que nos encontramos, pois em razão disso pessoas descomprometidas poderão ser eleitas. E assim a solução dos gravíssimos e profundos problemas nacionais, regionais e locais - políticos, econômicos, sociais e ético-morais - que fazem do Brasil hoje 1 país irrelevante poderão se perpetuar.

Cuidar para, pelo menos diminuir ou atenuar essa tragédia anunciada, é 1 das tarefas de todos que se preocupam em tirar o país do atoleiro para o qual foi dragado no pós-impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Por Marcos Verlaine

Fonte: Diap

Reforma trabalhista penaliza assalariado que vê renda diminuir

O pesquisador do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), André Santos, afirmou nesta terça-feira (3) durante audiência na Câmara dos Deputados que a reforma trabalhista provocou perda de R\$ 14,00 na renda do trabalhador que vive do salário mínimo. “Pode parecer pouco para a classe média, mas é muito significativo para quem ganha um salário mínimo”, afirmou o analista no seminário “Impactos da Aplicação da Nova Legislação Trabalhista no Brasil”.

Os números da reforma trabalhista após seis meses de implementação desmentem o governo federal, que propôs e aprovou a reforma trabalhista ou lei 13,467/2017. Em vez de gerar empregos e dinamizar a economia, a reforma promoveu a precarização das ocupações e o rebaixamento da renda, especialmente dos trabalhadores assalariados.

André apontou a responsabilidade do governo no efeito inverso constatado até o momento pela entrada em vigor da reforma. “Os contratos intermitentes, por exemplo, devem ocorrer apenas para áreas em que é realmente necessário, mas, da forma como está posto na lei, é muito abrangente e vale para todos - a ponto de os empregadores, de forma irracional, quererem demitir trabalhadores fixos e contratá-los como temporários”, disse.

Em entrevista ao IJU-Online a técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos Barbara Vallejos Vazquez completou: “ao permitir os contratos intermitentes, a legislação autoriza o pagamento de salários mensais menores que o salário mínimo. O efeito destas ‘inovações’ no mercado de trabalho é a redução do salário médio anual, gerando o empobrecimento de uma grande parcela dos trabalhadores no Brasil”.

Clemente Lúcio Ganz, diretor-técnico do

Diese, também ressaltou na Câmara o “escândalo” de se consolidar uma reforma sem um estudo dos impactos nas relações de trabalho no país. Ele concluiu que até o momento os reflexos da reforma são “gravíssimos” e com efeitos “monstruosos” sobre o trabalhador.

“Não temos nenhuma estimativa de impacto. Não dá para fazer, por exemplo, estudos de comparação, se não tivermos uma base de referência. Se o governo tinha o objetivo de criar empregos, tinha de ter medido quanto, de quais tipos e de que maneira”, disse ele, para quem as novas leis são “genéricas”. O representante do Dieese defendeu que a nova lei deve ser ajustada para corrigir as distorções.

Apesar de poder incidir sobre diversos segmentos de trabalhadores, a reforma tem impactado os segmentos onde os salários são mais baixos e há mais rotatividade. Neste grupo, assistente de vendas, servente de obras e faxineiro são os que tem experimentado a precarização nas condições de trabalho. Opositores da reforma, apontam que os números atuais apenas reforçam que a reforma aumentou a desigualdade.

O economista Guilherme Melo, do Instituto de Economia da Unicamp, afirmou, no início do ano, em entrevista ao Portal Huff Post que não houve geração de empregos em outros países que flexibilizaram as leis trabalhistas. “O que acontece e isso você vê em todos países que fizeram reformas trabalhistas? Você gera mais vaga precária. Você muda a composição dos empregos. Não necessariamente você gera mais empregos. Às vezes até aumenta o desemprego. Mas os empregos que sobraram são mais precários do ponto de vista da qualidade e da remuneração”, afirmou.

Fonte: Portal Vermelho

Retomada da economia é uma farsa: Cai a renda dos trabalhadores

O discurso do governo Temer sobre uma suposta “retomada da economia” não se sustenta mais. A renda dos trabalhadores, o nível de emprego e o crédito estão rastejando, muito abaixo do esperado pelos economistas neoliberais e o mercado. Pior ainda: nos primeiros meses de 2018 a renda real parou de crescer e os trabalhadores começaram a registrar queda do poder de compra.

O rendimento médio real dos ocupados no trimestre encerrado em maio foi 0,6% inferior ao do trimestre encerrado em fevereiro.

Num estudo inserido no relatório de inflação de junho, o Banco Central estudou o comportamento de diferentes componentes da demanda privada nos últimos ciclos de retração e recuperação do Brasil. O estudo comparou os ciclos de 1999, 2001, 2003, 2009 e o atual. Em cada um deles, foi identificado o momento no qual a economia começou a sair do buraco e onde ela estava cinco trimestres após, segundo diferentes indicadores.

O estudo mostra que a suposta retomada atual é irrisória diante dos outros ciclos. Os números de geração de emprego são os piores de todos os ciclos, com um agravante: o estudo não leva em conta a qualidade dos (poucos) empregos criados após a reforma trabalhista, com remunerações e condições contratuais muito inferiores às até então existentes. No caso do crédito, só o cenário de 2001 foi pior que o de agora.

Fonte: Brasil 247